



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Tendo em vista a divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social de 2015 e a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em data ainda indefinida, apresentamos a seguir: i) os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09 (Anexo I), e; ii) proposta de destinação do lucro líquido do exercício, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II à Instrução CVM 481/09 (Anexo II).



ANEXO I

Comentários dos Diretores da Companhia **Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa, Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“Celpa” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Pará com sede na cidade de Belém-PA.

O Pará, estado brasileiro, banhado pelo Oceano Atlântico, está dividido em seis mesorregiões, com uma extensão de 1,25 milhões de km² o que corresponde aproximadamente 14,7% de todo território nacional, com uma densidade demográfica de 6,6 hab./km². Está dividido em 144 municípios onde segundo estimativa do IBGE, vivem aproximadamente 8,2 milhões de habitantes.

O crescimento econômico na região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A funciona como empresa de energia elétrica atuando nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Sua característica principal é de empresa distribuidora, sendo a única Concessionária de energia elétrica no Estado do Pará. Sua área de concessão abrange os 144 municípios do Estado, onde, 119 são atendidos pelo Sistema Interligado e os 25 restantes são atendidos pelo Sistema Isolado, supridos através de 28 Usinas Diesel-elétricas.

O mercado de energia elétrica da CELPA, com 26,3% do consumo total da região Norte, 2,2% do Brasil e com um crescimento de 5,0% em relação ao ano de 2014, se caracteriza por ser tipicamente residencial, onde se concentram 86,0% do número de consumidores e 43,9% do consumo total da empresa.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 88,39% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 10,83% receita de construção; (iii) 0,78% suprimento de energia elétrica. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.



b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital, totalmente integralizado, é de R\$1.521.740 mil representado por 2.209.074.007 (dois bilhões, duzentos e nove milhões, setenta e quatro mil e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 2.204.620.569 (dois bilhões, duzentos e quatro milhões, seiscentos e vinte mil, quinhentos e sessenta nove) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe "A"; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe "C".

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral e observadas às disposições legais e as do Estatuto:

- (a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;
- (b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembleia;
- (c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extratos da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.



Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 26,84% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 73,16% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

- Hipóteses de Resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

- Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Emissora, resultado das renegociações e novações advindas do Plano de Recuperação Judicial, a Emissora pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez a Emissora acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Emissora entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2015	2014	2013
Empréstimos, financiamento e encargos	1.684	2.250	1.534
Credores financeiros RJ	820	0	0
Total de Disponibilidade (1)	799	561	239
Sub-rogação CCC	66	113	186
Ativo Regulatório Líquido	-63	397	148
Dep. Judicial de Bancos+Caução	203		



Baixa Renda		28	0
Repasses Venc.CDE	30		
Swap	217		
Dívida líquida (2)	1.252	1.151	961

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos, credores financeiros RJ e debêntures menos disponibilidade, sub-rogação CCC, ativo regulatório líquido, Depósitos judicial de Bancos + Caução, baixa renda, repasses vencidos CDE e Swap.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, as principais fontes de financiamento para os projetos de investimento da Emissora são o BNDES, a Eletrobrás e a CEF, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Emissora poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá às instituições financeiras de primeira linha para contratar operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total da Emissora era de R\$2.504 milhões (sendo R\$1.684 de empréstimo e financiamento e R\$820 de Créditos RJ) dos quais 48,2% (R\$1.207 milhões) eram em moeda estrangeira. O endividamento total em aberto da Emissora, deduzido disponibilidade, sub-rogação CCC, ativo regulatório líquido, Depósitos judicial de Bancos + Caução, baixa renda, repasses vencidos CDE e Swap no montante de R\$1.295 milhões, atinge R\$ 1.252 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 24,0% (R\$ 600 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 76,0% (R\$1.904 milhões) tinha vencimento no longo prazo.



A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2013	2014	2015
Curto Prazo	11	713	600
<i>Moeda Estrangeira</i>	3	534	488
<i>Moeda Nacional</i>	8	179	112
Longo Prazo	1.524	1.537	1.904
<i>Moeda Estrangeira</i>	571	227	719
<i>Moeda Nacional</i>	953	1.310	1.185
Total Geral	1.534	2.250	2.504

O saldo dos empréstimos, financiamentos, credores financeiros RJ e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$2.504 milhões. Esse saldo líquido, das disponibilidades, sub-rogação CCC, ativo regulatório líquido, Depósitos judicial de Bancos + Caução, baixa renda, repasses vencidos CDE e Swap era de R\$1.252 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2015 foi de 40%.

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de			
	2015	2014	2013	2012
Dívida financeira líquida	1.252	1.151	961	1.007
Patrimônio líquido	1.845	728	394	116
Índice de endividamento	0,40	0,61	0,71	0,90

Definições:

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos disponibilidade, sub-rogação CCC, ativo regulatório líquido, Depósitos judicial de Bancos + Caução, baixa renda, repasses vencidos CDE e Swap.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.



Índice de endividamento – significa a dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{(\text{Dívida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamentos Relevantes

Destacamos as seguintes operações:

- Plano de Recuperação Judicial, fazendo com que as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passassem por processo de novação e repactuação. Em 31/12/2015, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$ 820 milhões.
- Eletrobrás: em 31 de março de 2010, foi assinado pela Emissora junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2812/2010. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema
- CEF: em 28 de julho de 2015, foi assinado pela Emissora junto à CAIXA o contrato CEF415.877-81/2015. Com a extinção da RGR, o referido contrato está lastreado pelo Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - Finisa. O custo deste financiamento é de 6% ao ano, com prazo de vencimento em 12 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 10 anos. Estes recursos também se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema
- BNDES: em 15 de dezembro de 2015, foi assinado pela Emissora junto ao BNDES o novo contrato nº 15.2.0777.1, cujos créditos são destinados à implantação do plano de investimentos da CELPA para os anos de 2015 a 2017, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; expansão do sistema; e instalações administrativas. O custo deste financiamento é de 14,73% ao ano, com prazo de vencimento em 9 anos, composto pela carência de 3 anos e amortização em 6 anos.

As operações acima tiveram por objetivo financiar os planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável



h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2014

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 31,8%, passando de R\$5.244 milhões em 2014 para R\$6.123 milhões em 2015. Esse aumento foi decorrente principalmente pelo Revisão Tarifária de agosto de 2015, cujo impacto médio ao consumidor foi de 7,47%. O crescimento foi principalmente decorrente de: (i) início da aplicação das bandeiras tarifárias; (ii) crescimento do mercado de venda de energia elétrica 4%; e (iii) Revisão Tarifária Extraordinária, aplicada a partir de março de 2014.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 2.203 milhões em 2015, portanto, 17,1% acima dos R\$ 1.881 milhões verificados em 2014. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 1,0% nos Gwh contratados para revenda, que passaram de 11.824 Gwh em 2014 para 11.943 Gwh em 2015, e (iii) aumento no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação



Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 455 milhões em 2015, representando um aumento de 11,0% em relação aos R\$ 410 milhões de 2014. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, por serem compulsórios exógenos. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$ 439 milhões em 2014 para R\$ 475 milhões em 2015, representando um aumento de 8,2% (R\$ 36 milhões), influenciado pelo aumento de 7,1% em serviços de terceiros, (ii) Outros em 130% e (iii) a inflação medida pelo IGPM foi de 10,54% em 2015.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 28% (ou R\$ 97,3 milhões), passando de R\$ 441 milhões em 2014 para R\$ 587 milhões em 2015, influenciados pelos seguintes itens: (i) a provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas que passou de R\$ 72,7 milhões em 2014 para R\$ 118,2 milhões em 2015, representando um aumento de 62,6%, e (ii) despesas administrativas que passaram de R\$ 136 milhões em 2014 para R\$ 140 milhões em 2015 representando um aumento de 3%.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$ 646 milhões em 2014 para R\$ 631 milhões em 2015.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 204 milhões em 2014 para uma receita de R\$ 317 milhões em 2015, muito em função do ajuste a valor presente feito no 2T15.

Resultado Líquido

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2015 foi lucro de R\$ 520 milhões, em comparação ao lucro de R\$ 345 milhões em 2014.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido,



participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 54,1%, passando de R\$3.402,7 milhões em 2013 para R\$5.243,5 milhões em 2014. Esse aumento foi decorrente principalmente pelo reajuste médio de 34,96%, aplicado pela ANEEL em 07 agosto do ano de 2014. O crescimento foi principalmente decorrente de: (i) crescimento do mercado de venda de energia elétrica 11,8%, (ii) aumento de 19,1% no preço médio de venda ao consumidor final em agosto de 2014 (receita obtida dos consumidores finais dividida pelos MWh vendidos a esses mesmos consumidores), e (iii) aumento de 101,2% na receita de construção, que passou de R\$ 427 milhões em 2013 para R\$ 859 milhões em 2014. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Reporting Standards), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2013 quanto para 2014) aparecem no custo de operação, resultando em efeito nulo no resultado operacional da companhia. Retirando-se, portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 47,3%, passando de R\$ R\$ 2.976 milhões em 2013 para R\$ 4.385 milhões em 2014.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 1.881,4 milhões em 2014, portanto, 33,7% acima dos R\$ 1.407,7 milhões verificados em 2013. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 4,7% nos Gwh contratados para revenda, que passaram de 11.291 Gwh em 2013 para 11.824 Gwh em 2014, (ii) aumento de 62% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh comprados), e (iii) redução de 52% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação



Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 409,8 milhões em 2014, representando um aumento de 11,4% em relação aos R\$ 367,9 milhões de 2013. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, por serem compulsórios exógenos. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$ 393 milhões em 2013 para R\$ 439 milhões em 2014, representando um aumento de 11,6% (R\$ 45,5 milhões), influenciado pelo aumento de 24,0% de depreciação, (ii) custos com pessoal em 16,2% e (iii) a inflação medida pelo IGPM foi de 3,6% em 2014.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 28% (ou R\$ 97,3 milhões), passando de R\$ 344 milhões em 2013 para R\$ 441 milhões em 2014, influenciados pelos seguintes itens: (i) a provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas que passou de (R\$ 48,4 milhões) em 2013 para (R\$ 72,7 milhões) em 2014, representando um aumento de 50,1%, (ii) Despesas com Vendas que passou de R\$ 108,0 milhões em 2013 para R\$ 145,3 milhões em 2014 e (iii) Outras despesas operacionais liquidas (R\$ 24,0 milhões) em 2013 para (R\$ 78,9 milhões) em 2014 representando um aumento de 229,2%.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$ 112,6 milhões positivos em 2013 para R\$ 646,4 milhões positivos em 2014.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 188,5 milhões em 2013 para uma despesa de R\$ 203,8 milhões em 2014, representando um aumento de 8,1%. Como destaque, umas das rubricas que mais influenciou nesse aumento foi a despesa financeira decorrente da variação monetária e encargos de dívida com 396,8% e 42,6% respectivamente, o que representa (R\$ 247 milhões).

Resultado Líquido

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2014 foi lucro de R\$ 345,2 milhões, em relação a um prejuízo de R\$ 228,8 milhões em 2013.



Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012

1 O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

2 "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 0,5%, passando de R\$3.385 milhões em 2012 para R\$3.403 milhões em 2013. Esse aumento modesto foi decorrente principalmente da redução da receita de construção em 8,5% entre os anos de 2013 e 2012. Retirando-se, portanto, os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 1,9%, passando de R\$2.919 milhões em 2012 para R\$2.976 milhões em 2013.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 1.844 milhões em 2013, portanto, 8,5% acima dos R\$ 1.700 milhões verificados em 2012. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) redução de 1,3% nos Gwh contratados para revenda, que passaram de 9.875 Gwh em 2012 para 9.748 Gwh em 2013, (ii) aumento de 10% no preço médio de compra (R\$ gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 47% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 1.416 milhões em 2013, representando um aumento de 12,9% em relação aos R\$ 1.233 milhões de 2012. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica e (ii) subvenção CCC, por serem compulsórios exógenos. Assim, retirando-se o efeito desses



itens, o custo da operação passou de R\$ 1.252 milhões em 2012 para R\$ 1.447 milhões em 2013, representando um aumento de 13,5% (R\$ 71,1 milhões), influenciado pelo aumento de 10,3% (R\$ 26,1 milhões) nos serviços de terceiros em razão dos reajustes anuais dos contratos (a inflação medida pelo IGPM foi de 5,5% entre 2012 e 2013).

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas diminuíram 46% (ou R\$ 459,1 milhões), passando de R\$ 758,0 milhões em 2012 para R\$ 542,1 milhões em 2013, principalmente devido aos tributos e provisões líquidas de reversão, que passaram de R\$ 12,4 milhões em 2012 para R\$ 2,1 milhões em 2013 e R\$ 370,1 milhões em 2012 e R\$ 122,4 milhões respectivamente.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$ 355,3 milhões negativos em 2012 para R\$ 112,6 milhões positivos em 2013.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 207,7 milhões em 2012 para uma despesa de R\$ 188,5 milhões em 2013, representando uma diminuição de 16%. A rubrica que mais influenciou nessa queda foi a diminuição de 76,3% (R\$ 220,6 milhões) nas despesas com juros e multas.

Resultado Líquido

Com isso, o resultado líquido do exercício de 2013 foi um prejuízo de R\$ 228,7 milhões, em relação a um prejuízo de R\$ 704 milhões em 2012.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 comparados com 31 de dezembro de 2014.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2015 o montante de R\$2.560 milhões, 21,5% superior ao valor informado em 2014, de R\$2.107 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa



Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$799 milhões, comparados a R\$561 milhões, em 31 de dezembro de 2014. Tal aumento, de 42,4%, é principalmente devido aos investimentos feitos para melhoria da qualidade, manutenção e expansão da rede de distribuição.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a conta CCC da companhia era de R\$221 milhões e R\$237 milhões, respectivamente, representando uma queda de 6,7% (R\$16 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante atingiu em 2015 o montante de R\$4.296 milhões, 9% superior ao valor informado em 2013 de R\$3.938 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo Financeiro da Concessão

Em 31 de dezembro de 2015, o Ativo Financeiro da Concessão cresceu 55%, atingindo R\$ 1.414 milhões, quando, em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 910 milhões. Seu crescimento decorre da transferência de ativos antes contabilizados como Intangível para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2015, o Intangível somou R\$ 2.151 milhões, queda de 5,8% em relação ao valor de R\$ 2.284 milhões contabilizado ao final de 2014. Conforme comentado acima, seu decréscimo decorre da transferência de ativos para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2015 o montante de R\$2.210, 3,16% inferior ao valor informado em 2014, de R\$2.282 milhões. As principais rubricas que influenciaram essa queda são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$599 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$714 milhões em 31 de dezembro de 2014, devido ao ajuste a valor presente da dívida realizado durante o ano de 2015.



Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2015 o montante de R\$2.801 milhões, 7,6% menor que o valor informado em 2014, de R\$ 3.034 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.085 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$1.537 milhões em 31 de dezembro de 2014, devido ao ajuste a valor presente da dívida realizado durante o ano de 2015.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo com partes relacionadas de longo prazo da companhia totalizou R\$50 milhões, comparados aos R\$343 milhões em 31 de dezembro de 2014. A diminuição foi de 85% ou R\$293 milhões na comparação anual.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido foi de R\$1.845 milhões, comparados aos R\$728 milhões em 31 de dezembro de 2014, grande parte devido ao aumento no Capital Social da Companhia de R\$597 milhões aprovado em 16 de junho de 2015.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 comparados com 31 de dezembro de 2013.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$2.107 milhões, 92,2% superior ao valor informado em 2013, de R\$1.096 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$561 milhões, comparados a R\$239 milhões, em 31 de dezembro de 2013. Tal aumento, de 135%, é principalmente devido aos investimentos feitos para melhoria da qualidade, manutenção e expansão da rede de distribuição.

Aquisição de Combustível – Conta CCC



Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a conta CCC da companhia era de R\$237 milhões e R\$94 milhões, respectivamente, representando um aumento de 152% (R\$143 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$3.938 milhões, 17% superior ao valor informado em 2013 de R\$3.374 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo Financeiro da Concessão

Em 31 de dezembro de 2014, o Ativo Financeiro da Concessão cresceu 52%, atingindo R\$ 910 milhões, quando, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 600 milhões. Seu crescimento decorre da transferência de ativos antes contabilizados como Intangível para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2014, o Intangível somou R\$ 2.284 milhões, queda de 0.3% em relação ao valor de R\$ 2.291 milhões contabilizado ao final de 2013. Conforme comentado acima, seu decréscimo decorre da transferência de ativos para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2014 o montante de R\$2.282, 128% superior ao valor informado em 2013, de R\$1.001 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$714 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$11 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$ 703 milhões, devido à rolagem de financiamento de curto prazo da companhia para um vencimento com maior prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2014 o montante de R\$3.034 milhões, 1,3% menor que o valor informado em 2013, de R\$ 3.074 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos



Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.537 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$1.524 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando aumento de 0.9%.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo com partes relacionadas de longo prazo da companhia totalizou R\$343 milhões, comparados aos R\$416 milhões em 31 de dezembro de 2013. A diminuição foi de 17% ou R\$73 milhões na comparação anual.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido foi de R\$728 milhões, comparados aos R\$394 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 comparados com 31 de dezembro de 2012.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$1.096 milhões, 17% superior ao valor informado em 2012, de R\$1.318 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$239 milhões, comparados a R\$432 milhões, em 31 de dezembro de 2012. Tal queda, de 45%, é principalmente devido à necessidade de investimentos para melhoria da qualidade, manutenção e expansão da rede de distribuição.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a conta CCC da companhia era de R\$94 milhões e R\$153 milhões, respectivamente, representando uma queda de 39% (R\$59 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante



O Ativo Não Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$3.374 milhões, 7,3% superior ao valor informado em 2012 de R\$ 3.145 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo Financeiro da Concessão

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Financeiro da Concessão cresceu 40%, atingindo R\$ 600 milhões, quando, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 428 milhões. Seu crescimento decorre da transferência de ativos antes contabilizados como Intangível para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2013, o Intangível somou R\$ 2.291 milhões, queda de 4% em relação ao valor de R\$ 2.378 milhões contabilizado ao final de 2012. Conforme comentado acima, seu decréscimo decorre da transferência de ativos para a conta de Ativo Financeiro da Concessão.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu em 2013 o montante de R\$1.001, 26% inferior ao valor informado em 2012, de R\$1.351 milhões. As principais rubricas que influenciaram esta queda aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$11 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$400 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de R\$ 389 milhões, devido à rolagem de financiamento de curto prazo da companhia para um vencimento com maior prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2013 o montante de R\$3.074 milhões, 4% superior ao valor informado em 2012, de R\$ 3.063 milhões. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.524 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$1.493 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando aumento de 2%.

Empresas Relacionadas



Em 31 de dezembro de 2013, o passivo com partes relacionadas de longo prazo da companhia totalizou R\$416 milhões, comparados aos R\$253 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento foi de 64% ou R\$163 milhões na comparação anual.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido foi de R\$394 milhões, comparados aos R\$104 milhões em 31 de dezembro de 2012.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da CELPA é, em sua maior parte, proveniente da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Pará, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. Abaixo, análise do comportamento das classes em 2015 em comparação a 2014.

Atualmente, a Celpa fornece energia elétrica para um universo de 2.310.711 clientes. Cerca de 96% da energia requerida para atendimento do mercado da Celpa, foi comprada de um conjunto de Empresas Geradoras do Sistema Interligado Nacional – SIN e os 4% restantes, foi proveniente de Geração Própria e Terceirizada.

O Mercado de Energia Elétrica da CELPA se caracteriza por ser tipicamente residencial, concentrando 86,0% do número de consumidores e 43,9% do consumo total. Em 2015, o mercado cativo total da empresa apresentou um crescimento de 5,0% em relação a 2014, sendo consumidos 8.105 GWh contra 7.721 GWh registrados nesse ano.

A classe residencial, de maior representatividade, apresentou evolução de 7,2%, passando de 3.317 GWh em 2014 para 3.556 em 2015.

O consumo residencial médio apresentou incremento de 0,3%, passando de 152,3 kWh/mês em 2014 para 152,7 kWh/mês em 2015.

A classe comercial, a segunda mais representativa, responsável por 22,2% do consumo total, apresentou evolução de 4,0%, passando de 1.731 GWh em 2014 para 1.800 GWh em 2015.

O desempenho observado nessa classe foi influenciado pelo comportamento dos principais ramos de consumo; comércio varejista, saúde humana e serviços sociais, atividades imobiliárias e informação e comunicação, que juntos são responsáveis por 53% do consumo da classe. As mudanças ocorridas nos horários de funcionamento



dos supermercados, influenciaram diretamente no consumo de energia da classe comercial, reduzindo significativamente o consumo dos maiores clientes da empresa neste ramo.

Na classe industrial, a terceira maior em representatividade, com uma participação de 16,3%, o consumo de energia caiu 1,7% em 2015, passando de 1.345 GWh para 1.321 GWh. O desempenho dessa classe foi resultado principalmente do ambiente econômico ruim do país, em que várias indústrias estão diminuindo a sua produção ou até mesmo fechando suas portas.

A classe rural obteve um crescimento de 5,8%, para um consumo de 218 GWh no ano de 2015.

Nas demais classes, o maior crescimento ficou por conta da classe de Iluminação Pública, 18,0%, refletindo as ações de ajustes de consumo, ocorridos em diversos municípios do Estado, dentre eles Belém, Ananindeua, Santarém, Parauapebas, Itaituba e Altamira, que juntos agregaram à classe 69 GWh no ano.

A CELPA registrou um total de 2.310.711 unidades consumidoras, representando um crescimento de 5,8% em relação ao ano anterior, correspondente a um incremento de 127.684 novas unidades consumidoras atendidas pela Empresa. O número de clientes residenciais atingiu 1.987.682, evoluindo 5,7% em relação ao ano passado, com incremento de 107.515 novas unidades residenciais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Um dos fatores que impactaram materialmente nos resultados operacionais da Celpa é do Ambiente Regulatório onde a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de



Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Como resultado da referida lei, em 24 de Janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória nº 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

Em 4 de agosto de 2015, a ANEEL, em Reunião de Diretoria pública, aprovou o resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Celpa para o período 07 de agosto de 2015 a 06 de agosto de 2019. Os resultados homologados serão a base econômica para os reajustes tarifários do período de 2016 a 2018.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores, já considerando o efeito dos componentes financeiros neste ano tarifário, é de 7,47%, sendo 10,22% para os consumidores de alta tensão e 6,30% para os consumidores de baixa tensão.

Destacamos o valor de Parcela B total, sem ajustes, de R\$ 1.309.990 mil, composto principalmente por Custos Operacionais anuais de R\$ 588.345 mil, Remuneração do Capital de R\$ 405.185 mil e Quota de Reintegração Regulatória de R\$ 178.066 mil, dentre outros. Após a consideração do índice de produtividade e a melhoria da qualidade entre 2013 e 2014, o valor final da Parcela B é de R\$ 1.296.911 mil.

Nesta mesma reunião, a ANEEL definiu em 10,15% o patamar de perdas técnicas sobre energia injetada e o percentual de 34,0% de perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário. Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu as parcelas ex-ante do Fator X da Celpa em 1,50% (componente Pd) e 0,21% (componente T). A estes percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente Q, vinculado aos indicadores de qualidade do serviço, que deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

☐ CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

☐ Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.



▣PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

▣CDE – Conselho de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

▣P&D : Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

▣Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.

Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).

▣Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.

▣Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é



denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

Todos esses impactos sobre o resultado da CELPA estão comentados no Item 10.1 deste Relatório.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As políticas contábeis adotadas em 2015 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 2014, ano no qual foram feitas as seguintes revisões ao IFRS:

OCPC 08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios

Com a adesão à alteração contratual aprovada pela ANEEL na 13ª reunião pública extraordinária em 25 de novembro de 2014, eliminou-se, a partir do aditamento dos contratos de concessão e permissão e consequente alteração nos procedimentos de revisão tarifária, a natureza contingente, permitindo o reconhecimento do ativo ou do passivo como instrumentos financeiros, ou seja, como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Esse é um evento que altera a avaliação quanto à probabilidade de entrada ou saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a companhia, qualificando-se esses ativos ou passivos para o reconhecimento nas demonstrações financeiras. É, a partir de sua ocorrência, que é assegurado à concessionária o reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de Novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos



remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10/12/2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

A partir de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva. Com isso, em 31 de dezembro de 2014 o resultado da Companhia foi impactado positivamente em R\$ 397 milhões.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2015, 2014 e 2013.

Ênfases: Não houve ênfases no parecer dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras de 2015, 2014 e 2013.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- ☐ Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- ☐ Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas

informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- ☐ Provisões;
- ☐ Perda no valor recuperável;
- ☐ Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- ☐ Ativo financeiro – bens da concessão;
- ☐ Vida útil de ativo intangível;
- ☐ Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- ☐ Passivos contingentes; e
- ☐ Planos de pensão.

e. Gestão do capital



A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos nas Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Financeiras.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*).

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.



iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. **Ativos financeiros:** Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. **Ativos não financeiros:** Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 4 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 15,25%, que representa o WACC real setorial.



Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Tributos a Recuperar” e “Indenizações Trabalhistas”. As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 15,25%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico



no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes): A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados



pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Operações de *swap*” e o resultado apurado na conta “Receitas e Despesas Financeiras” (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- ▣ Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- ▣ Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- ▣ Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.



Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição (“RTT”) de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesas com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.



Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia

Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia apurou transações que envolveram registros em outros resultados abrangentes (Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão) que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.



A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Os recursos foram utilizados para capitalização dos créditos referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, consignados nas demonstrações financeiras de 31.03.2015, e que somam o valor de R\$306.000.000,00 (trezentos e seis milhões de reais) e os créditos detidos pela Equatorial Energia S.A. em face da Companhia, no valor total atualizado de R\$291.215.916,00 (duzentos e noventa e um milhões, duzentos e quinze mil, novecentos e dezesseis reais), oriundos de Cessão Particular de Crédito entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Equatorial Energia S.A. em 31 de março de 2015.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não houve desvios de qualquer natureza.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.



10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.



10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela CELPA:

R\$ mil	2015	2014	2013
Programa Luz Para Todos	219.444	220.467	60.951
Manutenção da Rede	89.855	85.152	10.159
Expansão e Melhoria da Rede	319.641	448.040	278.137
Equipamentos e Sistemas	47.696	59.066	2.868
Proj Espec - (Subrogação CCC)	(14.948)	33.890	22.971
Universalização	6.975	80.808	10.639
Outros Investimentos	31.733	-8.303	34.879
Total	700.396	919.120	420.604

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Interligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até a Ilha do Marajó.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da CELPA.

LINHAS E SUBESTAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO e MANUTENÇÃO / MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia

Sub-rogação da CCC



O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$163.912 (R\$98.245 em 31 de dezembro de 2014), ficando um saldo a receber de R\$348.129 (R\$366.953 em 31 de dezembro de 2014) e R\$22.374 referente à interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2014 foi de R\$3.565 milhões, o que representa um aumento de 11,6% (R\$372 milhões) em relação aos R\$3.193 milhões de 2015.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para o Programa Luz Para Todos são provenientes de subvenção da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento ("FINISA") da CAIXA e de recursos próprios (aproximadamente 15%). O demais programa de investimento, como redução de perdas, manutenção e expansão do sistema elétrico, tem como principais fontes o BNDES e recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos significativos nos últimos três anos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva das subsidiárias da Companhia, além daqueles intrinsecamente necessários à manutenção da concessão, como: transformadores, postes, subestações, linhas de rede, etc.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento relevantes já divulgadas.



ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Fim da recuperação judicial

Em 01 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõe os artigos 61 e 63 da Lei 11.102/05 e diante da manifestação do administrador Judicial e do Ministério Público decretou por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram-se quando forem integralmente liquidadas.

Demais informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.



ANEXO II
ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)
destinação do lucro líquido

(Valores apresentados em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 520.226

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos propostos: R\$ 22.267

Valor dos dividendos por ação preferencial classe A: R\$ 0,05

Valor dos dividendos por ação preferencial classe B: R\$ 0,07

Valor dos dividendos por ação preferencial classe C: R\$ 0,03

Valor dos dividendos por ação ordinária: R\$ 0,01

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A proposta da administração é distribuir 32,1% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6404/76.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor
Preferenciais "A"	2.166.816	108



Preferenciais "B"	1.085.373	76
Preferenciais "C"	1.201.249	36
Ordinárias	2.204.620.569	22.046
Total	2.209.074.007	22.267

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Serão pagos em parcela única até 31 de dezembro de 2016, em data a ser definida pela Administração.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito ao recebimento dos dividendos anunciados aqueles acionistas identificados como tais na data de realização da Assembleia Geral Ordinária.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia registrou os seguintes resultados nos últimos 3 exercícios:



	2015	2014	2013
Lucro do Exercício	520.226	345.217	(228.787)
Lucro por ação (R\$)	0,24	0,18	(0,17)
Quantidade de ações ao final do exercício (mil)	2.209.074	1.907.449	1.356.895

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Deliberação	Proventos	Valor	Valor por Ação (lote de unidades de reais)			
			ON	PNA	PNB	PNB
31.12.2015						
Reunião do Conselho de Administração de 10 de março de 2016	Dividendos	22.267	0,01	0,05	0,07	0,03

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 6.394

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

5% do Lucro Líquido subtraído do valor destinado à absorção de Prejuízos Acumulados pela Companhia

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

- a) as ações preferenciais de classe "A" terão direito a receber dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- b) as ações preferenciais de classe "B" terão direito a receber dividendo mínimo de 10% (dez por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- c) as ações preferenciais de classe "C" terão direito a receber dividendo mínimo de 3% (três por cento) ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos



Sim

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Preferenciais classe A: R\$ 90 mil

Preferenciais classe B: R\$ 75 mil

Preferenciais classe C: R\$ 25 mil

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Preferenciais classe A: R\$ 0,041331521

Preferenciais classe B: R\$ 0,068885867

Preferenciais classe C: R\$ 0,020665757

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme artigo 202 da lei 6.404 e artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção.



11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva



Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 34- Os lucros líquidos apurados serão destinados, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

b) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76;

d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no artigo 35, infra;

e) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76;

f) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo único, infra, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 87.144

c. Descrever como o montante foi calculado

Saldo remanescente entre o Lucro Líquido do exercício subtraídos dos Prejuízos Acumulados e dos saldos destinados à Reserva Legal e distribuição de dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção



Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.